

# Teses

defendidas no Programa  
de Pós-graduação em  
Geografia/UFMG no  
segundo semestre de 2007

## Transporte público, acessibilidade urbana e desigualdades socioespaciais na Região Metropolitana de Belo Horizonte

Leandro Cardoso

Orientador:  
Raflo Edmundo da Silva  
Matos

As grandes cidades dos países em desenvolvimento apresentam, em geral, condições inadequadas de deslocamento de pessoas e mercadorias. Somadas às precariedades dos transportes públicos coletivos e aos elevados índices de acidentes de trânsito, têm sido agravados os problemas referentes a congestionamentos, poluição e queda na qualidade de vida urbana, fatores que impactam negativamente a vida das pessoas e as diversas atividades sociais e econômicas, indispensáveis à manutenção da dinâmica urbana. Tendo em conta que na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), a exemplo de diversas outras metrópoles brasileiras, verifica-se a reprodução de precariedades na provisão de acessibilidade, comprometendo os processos inclusão social e desenvolvimento, o que reflete a (in)capacidade de intervenção do Poder Público frente ao processo de urbanização, a tese defendida é a de que, na RMBH, as variações na renda dos habitantes e os processos de (re)organização espacial, principalmente no tocante à difusão espacial de empregos, interferiram de modo mais efetivo nas condições de acessibilidade urbana do que políticas públicas de transporte que tenham sido adotadas nos últimos anos. O presente trabalho tem por objetivo investigar e comparar as condições de acessibilidade ao local de trabalho nos 34 municípios componente da RMBH, utilizando-se dos dados das Pesquisas Domiciliares de Origem e Destino (OD) de 1992 e 2001, as quais fornecem informações diversas para cada um dos municípios em análise, como por exemplo, aspectos socioeconômicos e demográficos relativos ao indivíduo e ao domicílio de moradia, o tempo gasto entre a moradia e o local de trabalho, o modo de transporte utilizado, entre outros. Tais informações permitem verificar o peso da renda e dos padrões de uso e ocupação do solo na evolução das condições de acessibilidade da população metropolitana no período 1992/2001. Uma análise mais detida dos resultados mostrará a necessidade de intensificar o processo de reorganização do espaço metropolitano (via descentralização espacial de atividades geradoras de emprego) e ao planejamento e investimento nos sistemas de transporte urbano de menor impacto à rede viária, propiciando aos órgãos gestores uma maior compreensão acerca das características, demandas e problemas referentes à acessibilidade intrametropolitana, o que poderá favorecer o processo de desenvolvimento e inserção de populações e espaços urbanos dispersos no contexto socioeconômico da RMBH.

## Ciência, fenomenologia e hermenêutica: diálogos da geografia para os saberes emancipatórios

O tema deste estudo é o diálogo da geografia com a ciência, a fenomenologia e a hermenêutica. A discussão é principalmente de natureza teórico-filosófica, pois são objetivos do estudo: apresentar uma reflexão sobre a constituição e concepção da ciência de característica moderna e sua relação com a fenomenologia husserliana, para uma crítica junto às ciências socioespaciais e ambientais; refletir sobre a constituição de uma ciência pós-metafísica referenciada pela hermenêutica e sua inter-relação teórico-filosófica e prática com as ciências socioespaciais e ambientais, particularmente com a geografia humanística. A originalidade do texto se constrói na exposição, na argumentação e na reflexão teórica-filosófica ente ciência moderna, fenomenologia e ciência pós-metafísica hermenêutica e suas inter-relações, para a constituição de um conhecimento socioespacial e ambiental emancipatório. Quatro eixos relacionais se fazem presentes no estudo: o primeiro aponta para uma compreensão da constituição e da concepção teórico-filosófica da ciência moderna e seus desdobramentos. O segundo eixo discute a concepção pós-metafísica de ciência: evidencia a necessária inter-relação entre os saberes instituídos e os do senso comum para a constituição de um outro saber científico, que se faz na mediação social dos saberes hermenêuticos dialógico-polifônicos. O terceiro eixo é uma exposição da fenomenologia husserliana e sua reflexão-crítica. Discute-se, através das possibilidades, abrangências e limitações de alguns categorias fundamentais da fenomenologia: a essência, a suspensão, a descrição e o mundo vivido. O quarto eixo expõe uma crítica à geografia humanística de base fenomenológica, através da inter-relação com a ciência moderna e seu fundamento. Num segundo momento, argumenta-se sobre a necessária renovação dessa geografia, a partir de sua relação com outro sistema filosófico – o hermenêutico, para se constituir um fulcro e uma abertura na direção de uma ciência dialógica-polifônica emancipatória, daí por diante denominada geografia. Nele também se procura referenciar a *práxis* de um estudo geográfico hermenêutico em processo de fazimento, junto à comunidade rural da Chacrinha dos Pretos, município de Belo Vale (MG). O resultado que se busca é, principalmente, argumentar sobre o alcance teórico-filosófico de uma ciência reencantada pelos saberes emancipatórios hermenêuticos. Pretende demonstrar que a fenomenologia, particularmente a originária do pensamento husserliano, para além de suas contribuições, apresenta limitações que a vinculam, implicitamente e/ou explicitamente, à concepção moderna de ciência; argumenta-se que no fulcro da hermenêutica encontram-se possíveis aberturas necessárias à apreensão dos saberes dialógico-polifônicos na constituição de uma ciência pós-metafísica, especialmente para se pensar uma geografia humanística renovada e renovadora.

## Paisagem, recursos hídricos e desenvolvimento econômico na bacia do Rio Jequitinhonha, em Minas Gerais.

Vanderlei de Oliveira  
Ferreira

Orientador:  
Allaoua Saadi

As bacias hidrográficas tornaram-se as unidades territoriais preferidas para o planejamento e gestão dos recursos hídricos. Entretanto, a existência de especificidades internas às mesmas relacionadas aos atributos naturais, em interação com a dinâmica histórico-cultural, pode dificultar as tomadas de decisões. A consideração das sub-bacias é importante, mas não resolve integralmente o problema porque os limites permanecem definidos unicamente a partir de parâmetros físicos inflexíveis. A utilização da divisão político-administrativa também não atende porque as variáveis envolvidas são independentes dos limites definidos politicamente. Neste contexto, a presente pesquisa procurou aplicar o conceito de paisagem, considerado útil para a identificação e entendimento integrado das dimensões naturais, sociais, culturais e econômicas em áreas especificadas no interior das bacias. A iniciativa possibilitou a determinação de pontos de maiores e menores restrições hídricas, limites de possíveis irreversibilidades e a indicação regionalizada de alternativas de manejo. A consideração das médias diárias de vazão para períodos de dados de até 60 anos mostrou que, na maioria dos casos, tanto as vazões mínimas quanto as máximas estão sendo paulatinamente reduzidas, a princípio indicando mudanças na curva de permanência, sugerindo alterações no regime hidrológico das sub-bacias. A análise conjunta dos totais anuais dos escoamentos hídricos e das chuvas permitiu confirmar a redução da disponibilidade hídrica concomitantemente a uma clara tendência de aumento dos índices pluviométricos. No caso das águas subterrâneas, foi avaliada a capacidade de produção dos poços tubulares, por meio de dados de vazão e de capacidade específica dos mesmos. Os valores apurados informam que a relação entre disponibilidade média e demanda hídrica nas unidades de paisagem não ultrapassa 2,5%. Entretanto, o fato de haver oferta de água superior à demanda nos principais cursos d'água não significa que todos os espaços disponham ininterruptamente da água que necessitam. Em muitas comunidades o uso da água nos períodos de seca fica restrito às escavações de cacimbas nos leitos secos, com limitações quantitativas e qualitativas. A distribuição desigual e ineficaz do recurso contribui para a inviabilização de atividades econômicas potenciais nas unidades de paisagem, reproduzindo o quadro de pobreza regional. As unidades mais restritivas quanto à disponibilidade hídrica são também as mais problemáticas do ponto de vista dos índices de desenvolvimento. Entretanto, a persistência dos baixos indicadores sociais e agravados da condição de pobreza não pode ser tratada como um fenômeno meramente físico, mas percebida como parte de um movimento econômico e social de controle do território, havendo um problema fundamental de política e de opções gerenciais a enfrentar.